



ANDRÉ
SANTOS

Projeto de Lei nº

/2025

Dispõe sobre a disponibilização de cadeiras de rodas nos terminais rodoviários do Município de São Paulo.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Os terminais rodoviários de São Paulo deverão oferecer cadeiras de rodas para pessoas com mobilidade reduzida, idosos, gestantes, pessoas com deficiência ou com limitações temporárias de locomoção.

Art. 2º A Prefeitura, junto com as concessionárias responsáveis pelos terminais, fará avaliações regulares para definir a quantidade ideal de cadeiras em cada local, levando em conta o fluxo diário de passageiros, o tamanho do terminal e a demanda específica.

§1º Cada terminal deverá ter pelo menos uma cadeira de rodas gratuita.

§2º Se houver aumento significativo de passageiros ou da procura pelo serviço, a quantidade de cadeiras deverá ser ajustada.

Art. 3º As cadeiras de rodas devem:

I – Ficar em locais de fácil acesso e com sinalização clara para serem encontradas com rapidez;

II – Ter placas informativas visíveis, com orientações sobre como solicitar o uso;

III – Seguir as normas da ABNT, garantindo segurança e conforto aos usuários;

IV – Estar sempre limpas, conservadas e funcionando bem.

Art. 4º Fica concedido um prazo de cento e vinte dias para que os responsáveis pela administração de terminais rodoviários se enquadrem nas disposições desta lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

Vereador André Santos
(Assinado e datado digitalmente)

Vereador André Santos

Gabinete: Palácio Anchieta, Viaduto Jacaré, 100, 5º andar, sala 504, Bela Vista, São Paulo – SP, CEP 01319-900

Contato: 11 9 4060 6001 - Ramal: 3396-4461 | andresantos@saopaulo.sp.leg.br



JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa assegurar mais dignidade, acessibilidade e inclusão às pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, idosos, gestantes ou qualquer indivíduo que, em algum momento, necessite de apoio para se locomover. Ao tornar obrigatória a disponibilização de cadeiras de rodas nos terminais rodoviários de São Paulo, buscamos eliminar barreiras que ainda persistem no dia a dia desses cidadãos.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) é clara ao afirmar, em seu artigo 46, que *“o direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida será assegurado em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, por meio da identificação e eliminação de todos os obstáculos e barreiras ao seu acesso.”* No mesmo sentido, o artigo 48 reforça a necessidade de acessibilidade em veículos de transporte coletivo, estações e terminais. É dever do poder público, portanto, garantir condições que promovam não apenas o acesso físico, mas também o respeito e a valorização desses cidadãos.

A Constituição Federal, em diversos dispositivos, reafirma a importância de políticas públicas inclusivas. O artigo 227, inciso II, destaca a obrigação de facilitar o acesso a bens e serviços coletivos, eliminando preconceitos e barreiras arquitetônicas. Já o artigo 244 prevê a adaptação dos espaços públicos e veículos de transporte para garantir acesso adequado às pessoas com deficiência.

Importante ressaltar que a medida proposta não exige investimentos onerosos. O custo para aquisição e manutenção de cadeiras de rodas é baixo quando comparado ao impacto positivo que elas proporcionam. Para muitos usuários, esse equipamento pode significar a diferença entre o isolamento e a participação plena na sociedade. Trata-se de um investimento em cidadania e respeito.

Além de atender quem precisa da cadeira de rodas de forma permanente, o projeto contempla aqueles que, em razão de lesões, cirurgias ou outras condições temporárias, também se beneficiariam desse suporte. Em locais de grande circulação, como terminais rodoviários, é fundamental que esse serviço esteja disponível de forma rápida, prática e gratuita.

Diante da evidente importância pública dessa iniciativa e fundamentado nas razões que a embasam, apresento este Projeto de Lei para apreciação desta respeitável Casa Legislativa, confiando em seu indispensável apoio e aprovação.

Vereador André Santos

Gabinete: Palácio Anchieta, Viaduto Jacaré, 100, 5º andar, sala 504, Bela Vista, São Paulo – SP, CEP 01319-900

Contato: 11 9 4060 6001 - Ramal: 3396-4461 | andresantos@saopaulo.sp.leg.br